



MULHERES E TRABALHO: AS EXPERIÊNCIAS DAS SERTANEJAS NOS CLUBES DE MÃES DE LIMOEIRO DO NORTE-CE

Maria da Conceição Silva Rodrigues.¹

Introdução

O trabalho é algo comumente encontrado ao tratarmos do cotidiano das mulheres sertanejas que fazem parte dos Clubes de Mães em Limoeiro do Norte – CE², por esta razão, propõe-se tratar neste artigo as articulações da memória e as vivências cotidianas das mulheres de nossa pesquisa no âmbito do trabalho³. Por motivo de viverem em comunidades e em geral serem mulheres pobres, a vida distante das lidas diárias não é pensada. Como elas percebem os trabalhos que realizam, o que entendem por trabalho e como se pensam nesse universo são as questões centrais aqui.

Antes de tudo, o presente artigo propõe-se reafirmar que desenvolver a temática proposta – mulheres e trabalho – é antes de tudo, um exercício de “trazer à sena” sujeitos históricos que por longo tempo foram relegados ao esquecimento ou aparições eventuais.⁴

Nesse diapasão, Perrot nos alerta para as produções que emergem de preocupações com as sociabilidades nos espaços públicos, ressaltando assim as experiências dos sujeitos que eminentemente os ocupa, onde “*a classe recalca a família, como a produção, identificada com o único produto físico, oculta o doméstico e o operário – metalúrgico, mineiro, da construção civil – suplanta a dona de casa no simbolismo do fazer.*”⁵

As discussões desenvolvidas pela historiadora estão no bojo da crítica aos conceitos duais – Masculino, Feminino; Público, Privado; Produção, Reprodução, etc. – que permeiam as análises em torno do que se constituiu historicamente para alocar as mulheres e delegar-lhe papéis.

¹ Mestranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Bolsista integral do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

² Limoeiro do Norte, cidade situada na Micro-região do Baixo Jaguaribe no estado do Ceará, distante 198 km da capital Fortaleza. Segundo Indicador demográfico do IBGE – censo de 2005, Limoeiro do Norte possui pouco mais de 55 mil habitantes. O município tem 78 comunidades rurais.

³ O presente artigo é fruto da Monografia de graduação defendida no ano de 2007, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, intitulada: Entre o Público e Privado: Os Clubes de Mães em Limoeiro do Norte-CE (1960 - 1990), bem como, do Projeto de Mestrado que dá continuidade ao tema.

⁴ “O esquecimento de que as mulheres tem sido objeto não é uma simples perda de memória e contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva a própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras. Excluídas da cena pública pelas funções ditadas pela “natureza” e pela vontade dos deuses/ de Deus, as mulheres não podiam aparecer Nela a não ser como figurantes mudas, penetrando por arrombamento ou a título de exceção – as mulheres “excepcionais”, heróicas, santas ou escandalosas –, relegando à sombra a massa das outras”. Cf. PERROT, Michelle. História (sexuação da)*. In. Dicionário Crítico do Feminismo/ Helena Hirata... [et al]. (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 112.

⁵ Idem. P. 113.



As transformações sócias⁶, seguidas de reviravoltas epistemológicas nas academias possibilitaram a inserção de temas como o que se propõe desenvolver neste artigo. O movimento que impulsiona essas transformações insurge com uma dinâmica própria e independente da academia, nasce como resultado de lutas por melhores condições e igualdade de direitos para só então tornar-se preocupação no âmbito da academia. Mesmo aí, os estudos das mulheres e sobre as mulheres, percorrem uma trajetória.

Os novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras.⁷

No âmbito das academias e da produção do conhecimento, o movimento tem caminhado no sentido da construção de uma crítica feminista que luta por desmontar o ideal de sujeito universal. Segundo Margareth Rago, esta empreitada busca pensar alternativas ao conhecimento científico dominante e excludente.⁸

Assim, compreende-se que as questões que envolvem o feminino, sejam na latência de uma agenda sócio-política com repercussões públicas ou no interesse pelos *fazeres cotidianos*⁹ do privado, ou ainda na organização de uma crítica feminista ao conhecimento hegemônico, centralizado no *homem-branco-ocidental*, as mulheres vêm constituindo-se sujeitos da história.

Tentando, pois, refletir sobre as experiências do cotidiano de mulheres sertanejas, propõe-se investigar as vivências e sociabilidades dessas mulheres a partir de um referente espacial específico – os Clubes de Mães.

As memórias de algumas mulheres sertanejas do interior do Ceará ajudam a compor um entendimento de suas experiências enquanto sujeitos históricos. Sujeitos que constituem uma trajetória e são por ela constituídos. Trata-se aqui das mulheres que participaram da formação dos Clubes de Mães no município de Limoeiro do Norte – CE. Estas entidades, nascentes na cidade com o apóio e mediação da Igreja Católica e seus agentes pastorais, disseminaram-se, sobretudo na zona rural.

De maneira geral, os Clubes de Mães têm a finalidade de reunir mulheres-mães em torno de atividades, ditas femininas, bem como de um referencial da moral cristã. Segundo leitura na maioria

⁶ Cf. HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 –1991. tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (orgs). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

⁸ Idem.

⁹ Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.



de seus estatutos encontrados na “pesquisa de campo”, são entidades de ação social destinadas ao fortalecimento das comunidades nas quais se acham inseridos. Para isto, buscam promover o aprimoramento artístico e cultural da comunidade, especialmente das mulheres-mães, através de cursos e outras atividades que possibilitem o desenvolvimento comunitário¹⁰. Entre suas finalidades, encontra-se: *realizar a promoção social das mães pobres; bem como melhorar seu nível educacional, econômico, social e religioso, proporcionando o bem estar do lar.*¹¹

Estas entidades, reconhecidas por alguns estudiosos como Movimentos Sociais marcantes no cenário nacional nas décadas de 1970 e 1980, através de movimentos de repercussão e expressividade a exemplo do *Movimento pelo Custo de Vida*¹², existem ainda nos dias de hoje e compreendem uma forma de organização popular significativa para a historiografia.

A pesquisadora Moema Viezzer¹³, em sua dissertação, trabalha com os Clubes de Mães das periferias paulistanas e nos diz serem essas organizações um fenômeno marcadamente Latino-americano iniciado na década de 1960, situados tanto em áreas urbanas quanto rurais¹⁴.

As Sertanejas e o Trabalho

As mulheres desta pesquisa nasceram, viveram e ainda vivem no sertão cearense, região nordeste do país e ainda fazem parte dos Clubes de Mães na cidade de Limoeiro do Norte. Em suas narrativas podemos acompanhar um cotidiano de lutas e lidas diárias, o que possibilita entender, a partir daí, que a vida dessas mulheres está diretamente vinculada ao universo do trabalho em suas perspectivas várias.

Quando a pesquisadora, Knox Falci, trata das “mulheres do sertão nordestino” do século XIX, as analisa em suas peculiaridades e em sua condição feminina naquele momento, diz ela,

Mulheres ricas, mulheres pobres; cultas ou analfabetas; mulheres livres ou escravas do sertão. Não importa a categoria social: o feminino ultrapassa a barreira das classes. Ao nascerem, são chamadas “mininu fêmea”. A

¹⁰ Estatutos dos Clubes de Mães de Limoeiro do Norte – CE.

¹¹ Idem.

¹² “Na história dos clubes de mães, o Movimento do Custo de Vida surge como se fosse um desdobramento natural. Quer dizer que, a partir do momento em que a liderança dos clubes de mães assume o Movimento do Custo de Vida, este se torna a forma concreta de unificação e politização das atividades de base daquelas organizações. Por isso mesmo também o Movimento do Custo de Vida é impensável sem a referência aos clubes de mães, que lhe deram a vertebração básica”. Cf: SADER, Eder. *Quando os novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970/80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ VIEZZER, Moema. O Problema não está nas mulheres: Relações sociais de gênero e participação dos clubes de mães. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo, 1988.

¹⁴ Idem, p. 175. A autora também traz dados quantitativos do número de Clubes existentes na década de 1980 no âmbito da América Latina. Segundo ela, nesse momento os clubes contavam em todo o Brasil mais de 50 mil entidades e na América Latina aproximavam-se ou superavam uma centena de milhares. P. 179.



elas certos comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos foram impostos, mas também viveram o seu tempo e o carregaram dentro delas.¹⁵

Entende-se aqui, que as “barreiras de classe”, influenciam sim, na condição feminina, o que a própria autora irá pontuar em seu texto ao tratar das mulheres pobres. Neste momento interessa, contudo, a crítica tecida pela autora às imagens construídas a cerca do espaço em questão, diz ela: *O Sertão nordestino sobre o qual nos debruçamos aqui não existe mais. Hoje, só é conhecido por ocasião das secas e pela população de crianças famintas e esqueléticas*. Busca então, desconstruir essas “verdades”, mostrando que *a história tem outra memória sobre o sertão do nordeste: uma terra de modo de vida excêntrico para as populações do sul, onde perduraram tradições e costumes antigos e específicos (...)*.¹⁶

No que se referem então as memórias – sejam estas emergidas de dias ou de anos atrás – algumas sertanejas de Limoeiro ajudam a compreender os movimentos de mudanças e permanências da história. Possibilitando, assim, observar que a constituição das famílias sertanejas – atendo-se as transformações dos costumes como casamentos, festas, educação, religiosidade e em especial aqui, a importância do trabalho na vida dessas mulheres – possui elementos de uma composição cultural que, em diversos aspectos, ainda não foi superada.

Buscar compreender esses elementos é empreitada relativamente nova na historiografia. Quando saímos da “sala de visitas da história” e adentramos “os terrenos baldios onde se lançam detritos, aqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas”.¹⁷

O trabalho doméstico e a condição feminina

Embrenhar-se nestes lugares possibilita também lançar novos olhares as “figuras menores e furtivas”, considerando com a devida importância os trabalhadores do campo e da cidade que não se encaixam na categoria de operários, mas que trazem consigo experiências de formações e organizações de grande relevância à produção histórica.

Encontramos, neste bojo, a inclusão da preocupação com as mulheres na esfera do trabalho, seja este realizado no espaço público ou privado. Contudo, as inquietações mais recentes, por assim dizer, lançam problemáticas sobre o universo do trabalho doméstico.

¹⁵ FALCI, Miridan Knox. *Mulher do Sertão Nordeste*. In. História das Mulheres no Brasil – Mary Del Priore (org); Carla Bassanezi (Coord. De textos) 7.ed. – São Paulo: Contexto, 2004. P. 242.

¹⁶ Idem.

¹⁷ BOSI, Ecléa. As outras testemunhas. In. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX – Maria Odila Leite da Silva Dias.



Historicamente as mulheres tem sido responsáveis pela realização desse trabalho, sem que haja qualquer preocupação com a remuneração do mesmo, para tanto, constituiu-se uma dinâmica psico-social de que as mulheres o realizam por sua condição de mulheres-mães-esposas.¹⁸

Como pontua Hirata, o esforço “atual” é de “reconceituação do trabalho” para incluir, *o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal*. Estas novas demandas possibilitaram compreender que, *trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis*¹⁹.

Deste modo, os trabalhos realizados pelas sertanejas desta pesquisa, devem ser entendidos para além das categorias construídas em torno das atividades produtivas que divide os sujeitos em proletários e não-proletários e que engessa o conceito de trabalho.

As mulheres aqui referidas sempre trabalharam. Antes do casamento, com os pais e irmãos na roça ou ajudando as mães nos serviços da casa e na criação dos irmãos. Depois, em suas próprias casas ou na de terceiros com afazeres domésticos, com os seus maridos na roça ou em qualquer outra atividade responsável pelo sustento da família.

Retornando a Falci, quando analisa as mulheres pobres do sertão nordestino, compreende-se que historicamente estas possuem vivências marcadas por um cotidiano de trabalho que independe de sua condição feminina, posto realizar até mesmo aqueles ditos masculinos:

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras – estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher.²⁰

Tais assertivas possibilitam, entre outras coisas, problematizar e deslocar as mulheres de sua suposta fragilidade e inabilidade aos trabalhos que exigem forças físicas e entender que tais características não são naturais e sim construídas, sócio-culturalmente.

Dona Maria do Carmo narra sua lida diária para conseguir manter a família, com ou sem o marido, juntamente com suas filhas:

Trabalhava... apanhava feijão, plantava umas coisinha, lavava roupa... . Até chegar alguma coisa do governo (risos). ... Era sofrimento muito, avé Maria! Só sabe a gente. Era eu e as minhas fias, tudo trabaiano no cercado. ... Tinha um terrenozim que a gente arrumamava, né? Aí nois prantava aquele poquim, aí apanhava

¹⁸ Cf. HIRATA, Helena Sumiko. *Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”?* In.: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da mulher, 2004.

¹⁹ HIRATA, Helena Sumiko. *Op. Cit.* 2009. P. 254.

²⁰ FALCI, Miridan Knox. *Op. Cit.* 2004. P. 250.



aquele poquim pra ganhar, né? Feijão, algodão... . As vezes se levantava três horas da madrugada pra apanhar algodão, pra ganhar aquele bucado, né?²¹

Levantar-se as três horas da madrugada para “apanhar algodão” diz mais do que ela mesma pode rememorar ou traduzir em palavras. Acordar tão cedo implicava preparar comida e organizar minimamente a casa e os afazeres domésticos antes de sair para o trabalho na plantação.

Mesmo sob jornada de trabalho “público” igual ao dos companheiros, os afazeres no espaço privado historicamente tem ficado a cabo das mulheres. O trabalho doméstico deve ser realizado “por amor” e “doação voluntária”²², em razão da maternagem e da vinculação do feminino com o lar. Como contabilizar ou tornar de direito os custos de um trabalho que se realiza mediado por tais sentimentos? Esta tem sido uma das principais preocupações dos cientistas sócias que analisam a relação das categorias gênero e trabalho.

A gratuidade do trabalho das mulheres no âmbito familiar deve, portanto, ser historicizado para que possamos sair do campo do “natural” e o percebermos como elemento de dominação e subjugação social.

Para tanto, pensamos a categoria gênero, supracitada, como construção social do feminino e do masculino, contudo, mesmo compreendendo como os homens são orientados desde cedo a desenvolverem atividades na esfera pública o que impacta diretamente em sua dispensa dos afazeres domésticos, interessa-se nesse artigo entender como, em contra-partida, as mulheres são condicionadas a realizá-los, sofrendo assim de uma sobre-carga de trabalho ou se utilizando da mão-de-obra de outras mulheres para efetua-los.

O pesquisador Fougeyrollas-Schwebel diz que Cristine Delphy, numa das primeiras publicações feministas na França, considera que o trabalho doméstico determina a condição de todas as mulheres. Reafirma o autor que *poucas mulheres, qualquer que seja a sua condição social, escapam do trabalho doméstico.*²³

Mesmo concordando com a afirmação, considere-se que as mulheres em condições econômicas desfavorecidas que necessitam trabalhar como doméstica em sub-empregos, dispensando assim, aquelas de condições mais elevadas dessas atividades, terão que realizá-las também em seu próprio lar, implicando numa rotina de dupla jornada de um trabalho desvalorizado socialmente.

²¹ Maria do Carmo de Jesus, 71 anos, entrevista gravada em abril de 2006.

²² Cf. HIRATA, Helena Sumiko. *Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”?* In.: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da mulher, 2004.

²³ Idem. P. 257.



O trabalho doméstico está imbricado na condição de vida das sertanejas aqui analisadas, posto que em geral trata-se de mulheres pobres que não possuem recursos financeiros que possibilitem repassar suas atribuições do lar para outras mulheres. Esta atividade está calcada nas tradições passadas oralmente de mãe para filhas, onde, desde a infância as meninas aprendem que devem cuidar de seus irmãos e ajudar as mães nos afazeres do lar.

O Trabalho e o Não-Trabalho

O entendimento da divisão social do trabalho nas relações de gênero, em especial, a cerca dos trabalhos ditos femininos indica a necessidade de compreensão das atividades vividas na esfera privada, que por sua vez trazem uma carga histórica de desvalorização. Uma vez naturalizado que na sociedade capitalista as tarefas realizadas no espaço público teriam mais prestígio social, os trabalhos relegados às mulheres ganharam um status de *não-trabalho*.

A pesar destas atividades serem um trabalho social, na medida em que satisfazem uma necessidade da sociedade – a reprodução presente e futura da força de trabalho –, elas estão organizadas de maneira individual e privada, o que permite que se lhes atribua um caráter de não trabalho.²⁴

No que tange a perspectiva do não trabalho, encontrou-se narrativas de conflitos familiares a cerca das atividades realizadas no espaço dos Clubes de Mães nas comunidades rurais por serem estas realizadas fora do espaço da casa, mesmo sendo este um lugar da extensão do espaço feminino, tal como se constituiu, como já propunha Eder Sader²⁵.

O companheiro de dona “Ducarmo”, seu “Zé Moreno”, não considera o que ela faz nos clubes de mães um trabalho de fato. Quando a pergunta-se o que ele pensa de sua participação no clube de mães, em resposta de imediato ela diz: *Ah!... ele... se ele pudesse eu já tinha saído*²⁶.

Ao questionar qual o motivo, ela responde de forma a por em primeira ordem a sua própria justificativa: *Num sei por que é não, por que eu não sabia fazer tapete, num sabia fazer nada, agora já sei fazer tudo no mundo. Pois é muié, mior do que tá parada*. E, segundo ela o diálogo se dá da seguinte forma: – *Já vai pra onde?* [pergunta ele]; – *Ora! Vou pro meu trabalho* [responde ela]; – *vai só andar* [replica ele]; – *Vou não, vou trabalhar;* [Insiste ela] – *Olha o movimento!* [encerra ele].

²⁴ ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia, *Tecendo por traz dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 32-33

²⁵ SADER, Eder. Op. Cit. 1988.

²⁶ Entrevista gravada em fevereiro de 2006 com dona *Maria do Carmo*, 61 anos, residente na comunidade de Arraial e sócia do Clube de Mães Eunice Mendes.



Assim, o que para dona Ducarmo é um trabalho, não é pensado da mesma forma por seu marido, que compreende, não só como um *não-trabalho*, mas também como uma forma de distanciar a esposa de suas reais atribuições com a casa, com os filhos, com ele próprio e no fim de tudo a preocupação com sua imagem enquanto mulher casada, posto em sua advertência final: *olha o movimento!*

A historiadora Rachel Soihet²⁷, em seu artigo intitulado *História das Mulheres*, quando trata de “mulheres e trabalho”, vai dizer que essa perspectiva de não-trabalho foi também assimilada pelas mulheres ao longo dos séculos. Referindo-se as mulheres do XIX, a autora diz que mesmo ganhando a vida realizando diversos trabalhos, estas *introjetavam a visão dominante e não reconheciam suas atividades como trabalho, mesmo quando recebiam remuneração*. Segundo a Soihet, *pesquisadores descobriram que muitas dessas mulheres respondiam aos censos que não trabalhavam*²⁸.

Entretanto, dizer isso tem por objetivo, não somente, perceber que as mulheres de fato trabalhavam, é antes entender como se construiu o discurso do não-trabalho feminino. Para Soihet:

Tais crenças de que as mulheres não trabalhavam, ou que o trabalho pesado não era próprio do sexo feminino, foram próprias do período vitoriano, momento de supervalorização da esfera pública. Pautavam-se tais estereótipos na invisibilidade atribuída ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças, que apareciam como algo instintivo e emanado do amor.²⁹

Conforme as análises da socióloga Helena Hirata, já citadas aqui, pôde-se perceber que a condição de desigualdade entre os sexos na realização do trabalho, em especial o doméstico, mediado pelas relações afetivas que ligam irremediavelmente as mulheres ao lar e à dupla jornada de trabalho, ainda não foi superada. Sendo desafio para os pesquisadores e pesquisadoras da atualidade continuar na empreitada de desconstruir, desnaturalizar e pôr em cheque tais “verdades”.

Bibliografia

FALCI, Miridan Knox. *Mulher do Sertão Nordestino*. In. História das Mulheres no Brasil – Mary Del Priore (org); Carla Bassanezi (Coord. De textos) 7.ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. *Trabalho Doméstico*. In. Dicionário Crítico do Feminismo/ Helena Hirata... [et al]. (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

²⁷ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 275-296.

²⁸ Idem. P. 285-286.

²⁹ Ibidem.



HIRATA, Helena. *Tecnologia, qualificação e divisão sexual do trabalho*. In: *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”?* In.: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da mulher, 2004.

_____. ZARIFIAN, Philippe. *Trabalho (Conceito de)*. In.: Dicionário Crítico do Feminismo/ Helena Hirata... [et al]. (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PERROT, Michelle. *História (sexuação da)**. In. Dicionário Crítico do Feminismo/ Helena Hirata... [et al]. (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (orgs). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROCHA-COUTINHO. Maria Lucia, *Tecendo por traz dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Maria da Conceição Silva. *Entre o Público e Privado: Os Clubes de Mães em Limoeiro do Norte-CE (1960 - 1990)*. UECE. Fortaleza-CE, 2007.

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970/80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOIHET, Rachel. *História das mulheres*. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIEZZER, Moema. *O Problema não está nas mulheres: Relações sociais de gênero e participação dos clubes de mães*. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo, 1988.